

Educação Patrimonial:

a cidade como recurso para o ensino de história

Por Carmem Burgert Schiavon¹ e Tatiana Carrilho Pastorini Torres²

Resumo

As discussões atuais sobre o ensino de História são permeadas por dúvidas referentes às escolhas dos “conteúdos” e metodologias de ensino a serem utilizadas. Sabe-se que a realidade enfrentada por boa parte das escolas brasileiras da Rede Básica de Ensino ainda está fundamentada na visão de “história pronta”, isto é, aquela memorizada e desconexa da vivência cotidiana dos alunos. Dessa forma, constata-se que é inevitável enfrentar o desafio de se buscar um novo direcionamento para o ensino de História na atualidade. Sendo assim, desenvolveu-se uma prática de Educação Patrimonial com alunos da Rede Básica de Pedro Osório (RS), cuja finalidade consistiu em ampliar as possibilidades de aprendizado, construção e reflexão do conhecimento histórico. Nessa perspectiva, adotou-se a própria cidade como recurso didático a ser (re) conhecido por meio de percursos patrimoniais previamente organizados em conjunto com os alunos.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. Cidade.

Abstract

The current discussions on the teaching of history are permeated by doubts concerning the choice of "content" and teaching methodologies to be used. It is known that the reality faced by much of the Brazilian schools of Basic Education Network is still based on the vision of "story ready", ie the one memorized and disconnected from everyday experience of students. Thus, it appears that it is inevitable to face the challenge of seeking a new direction for the teaching of history today. Therefore, it has developed a practice of heritage education with students of the Basic Network of Pedro Osório (RS), whose purpose was to expand the learning possibilities, construction and reflection of historical knowledge. From this perspective, it adopted the city itself as a teaching resource to be (re) known through equity routes previously organized jointly with the students.

Keywords: History teaching. Heritage Education. City.

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG).

² Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande e Professora da Rede Pública de Ensino do Município de Pedro Osório (RS).

Introdução

As discussões atuais sobre o ensino de História são permeadas por dúvidas nas escolhas dos “conteúdos” e das metodologias de ensino. Sabe-se que a realidade enfrentada por boa parte das escolas brasileiras da Rede Básica de Ensino ainda está fundamentada na visão de “história pronta”, memorizada e desconexa da vivência cotidiana dos alunos. Dessa forma, percebe-se que cresce o desinteresse e a falta de identificação com os processos históricos apresentados como “verdades absolutas” – aqueles sem espaço para a construção de conhecimento. Em contrapartida, muitas pesquisas já foram realizadas e outras estão em desenvolvimento com o propósito de dinamizar o ensino de História e enfrentar o desafio de se buscar um novo direcionamento nos recortes, metodologias e recursos utilizados. Com base nestes pressupostos, desenvolveu-se uma prática de Educação Patrimonial com alunos da Rede Básica de Pedro Osório (RS), cuja finalidade consistiu em ampliar as possibilidades de aprendizado, construção e reflexão do conhecimento histórico. Nessa perspectiva, adotou-se a própria cidade como recurso didático a ser (re) conhecido por meio de percursos patrimoniais previamente organizados a partir do olhar/contribuição dos discentes.

Conforme destacado anteriormente, o trabalho realizado abrangeu duas instituições de ensino da Rede Básica da cidade de Pedro Osório, ou seja, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas que, antigamente, estava situada na Av. Presidente Vargas, no Bairro Brasília; foi fundada em 27 de abril de 1960. Anteriormente, era conhecida, pejorativamente, como “o coléginho da Brasília” e/ou escola dos “pobres ou “marginais”³. Atualmente, com a inauguração do novo prédio, em 30 de dezembro de 2014, a comunidade escolar passou a receber alunos de outros bairros e até mesmo da região central do município de Pedro Osório.

A segunda instituição escolar referida é o Colégio Estadual Getúlio Vargas, localizado na rua Júlio de Castilhos, no centro de Pedro Osório, e foi criado em 12 de março de 1962 (Decreto nº 13.283), em caráter de Ginásio Estadual Getúlio Vargas e no ano de 2000, passou a denominar-se Colégio Estadual Getúlio Vargas. Na atualidade, o Colégio atende o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a EJA – Ensino Médio.

Em termos de localização, destaca-se que Pedro Osório, outrora denominado Olimpo, é um pequeno município gaúcho constituído às margens do Rio Piratini, cuja origem está ligada à distribuição de sesmarias e à expansão

³ Depoimentos de moradores da cidade, que optaram por não serem identificados.

ferroviária da segunda metade do século XIX. A população local é de aproximadamente 7.811 habitantes e sua economia atual tem por base a produção agropecuária, algumas olarias e poucos estabelecimentos comerciais. As grandes enchentes dos anos de 1959, 1983 e 1992 deixaram marcas profundas na estrutura da cidade (TORRES, 2014, p. 80) e, principalmente, no aspecto econômico, uma vez que as águas levaram muitas olarias por água abaixo.

Um pouco da metodologia: o uso da educação patrimonial no ensino da história local

A Educação Patrimonial constitui uma metodologia voltada para o processo sistemático de trabalho educativo, que tem por partida e centro o patrimônio cultural com todas as suas manifestações (GRUNBERG, 2007, p. 5). Assim, essa prática, baseada na identificação e interação com o bem cultural, amplia as possibilidades de aprendizado e facilita a compreensão da história local e o estabelecimento da sua relação com os temas mais amplos da História. Além disso, oportuniza ao aluno a experiência de se sentir parte da História e entender que o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado; na verdade, está sempre se constituindo.

Ademais, a metodologia de Educação Patrimonial tem se transformado diante de novas possibilidades para a construção de práticas pedagógicas a partir da troca de conhecimentos gerais e específicos entre a comunidade e ambientes de ensino/aprendizagem. Entretanto, enfatiza-se que essas práticas pedagógicas devem orientar “os estudantes e os educadores a identificar ‘signos’ e os significados atribuídos aos bens materiais e imateriais por uma determinada comunidade” (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 63), com o objetivo de se refletir sobre o que tem sido constituído como memória e patrimônio, bem como alargar as próprias convicções acerca do campo do Patrimônio Cultural. Segundo Prats (2005, p. 18), seria um processo de patrimonialização, embasado na representação dos objetos, lugares ou manifestações no seu contexto de construção junto à sociedade, portanto, uma invenção social; são expressões patrimoniais mutáveis ao longo do tempo e sujeitas aos novos significados designados pelas transformações sociais, econômicas e culturais. Já, para Bittencourt:

O conceito mais abrangente de patrimônio cultural abre perspectivas de adoção de políticas de preservação

patrimonial. O compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial(...) Educação que não visa apenas evocar fatos históricos notáveis, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades (BITTENCOURT, 2009, p. 278).

Como se observa no excerto de texto acima, Bittencourt demonstra preocupação com o cuidado que se deve ter por ocasião do trabalho realizado com a Educação Patrimonial. Na verdade, a autora vai além e aponta que os profissionais precisam definir suas estratégias de abordagem da temática patrimonial. Em sentido similar, Hilda Fraga (2010, p. 227) salienta que, ao propor uma atividade com o patrimônio cultural, o professor de História precisa enfatizar cada um dos pressupostos da Educação Patrimonial no planejamento de suas atividades e nas intencionalidades específicas dessa área do conhecimento. Em outras palavras, torna-se necessário definir as etapas dessa metodologia, com o objetivo de se tornar o ensino de História questionador, crítico e reflexivo. Sendo que, cada uma dessas etapas, deve levar o aluno a desenvolver competências no nível do conhecimento e da cidadania (FRAGA, 2010, p. 227). Em função disso, esclarece-se que a prática de Educação Patrimonial, no presente texto e no trabalho realizado na cidade de Pedro Osório(RS), foi estruturada nas seguintes etapas: identificação do bem cultural, registro do bem cultural e valorização do bem cultural.

A primeira etapa é a **identificação do bem cultural**, da qual fazem parte a observação, a análise, a comparação e os questionamentos (FRAGA, 2010, p. 227). A observação dos bens culturais leva à capacidade de percepção, aspecto “essencial durante o aprendizado para o desenvolvimento do processo de pensamento e maturação da criança” (GRUNBERG, 2000, p. 165), é o momento que de fato se olha o que antes passava despercebido. A análise identifica a estrutura do bem cultural e pode ser de “materiais, dimensões, formas, elementos, cores, texturas, organização, usos, funções, valores, relações, espaços, movimentos, etc” (GRUNBERG, 2000, p. 167). Nesta etapa, a comparação e os questionamentos são momentos indispensáveis ao processo crítico-reflexivo no aprendizado do estudante.

A segunda etapa corresponde ao **registro do bem cultural**, onde são realizadas atividades de interpretação, sistematização e registro das ideias; enfim, as informações baseiam-se nas relações contidas no bem cultural no tempo presente (FRAGA, 2010, p. 228). Nesta fase, ainda registram-se as percepções efetuadas por meio de desenhos, fotografias, relatos escritos, relatos gravados, maquetes ou filmes (GRUNBERG, 2000, p.167). Aponta-se as informa-

ções materiais e simbólicas, históricas e culturais a respeito do objeto de estudo.

A terceira etapa é a **valorização do bem cultural**, que consiste no momento da socialização, comunicação e divulgação das percepções do bem estudado (FRAGA, 2010, p. 228). Para Evelina Grunberg:

[...] é a culminância da apropriação da experiência vivenciada, é neste momento que se faz a interpretação e comunicação de todo percebido e registrado. É nesta etapa que se manifesta a capacidade criativa e se retoma o conhecimento adquirido com um julgamento de valor (GRUNBERG, 2000, p.168).

Conforme a autora acima citada, a valorização do bem cultural é o retorno ou devolução do conhecimento constituído ao longo do processo de Educação Patrimonial e pode ser expresso por diversas proposições: atividades de exposição; vivenciamento de situações; dramatizações; elaboração de textos, livros, murais, jornais, história em quadrinhos, poesias, vídeos, filmes, desenhos; atividades de recreação e lazer (GRUNBERG, 2000, p. 168). Menciona-se, ainda, a importância da motivação dos alunos na participação da proposta de Educação Patrimonial, como fazer que eles “voltem seus olhos para o passado e queiram conhecê-lo” (GRUNBERG, 2000, p. 166). Essa motivação deve atender às necessidades dos alunos e estar adequada aos seus níveis de desenvolvimento intelectual e emocional, de forma que auxilie na interpretação da realidade a partir de seu próprio mundo (GRUNBERG, 2000, p. 166).

Não obstante, cabe ressaltar que a metodologia de trabalho aqui apresentada não é necessariamente compartimentada, uma etapa pode entrar na outra sem prejudicar o objetivo final (GRUNBERG, 2000, p. 169). Todavia, faz-se necessário planejar as etapas com capacidade de “intervenções diferenciais que permitam interrogar e levantar o máximo de relações existentes entre os bens patrimoniais e os textos e contextos da história da cidade a eles imbricados” (FRAGA, 2010, p. 228), ou seja, a divisão em etapas facilita a aplicação da metodologia e proporciona uma visão maior das informações a serem coletadas junto ao bem cultural pesquisado.

Reforça-se, também, que a Educação Patrimonial propicia uma maior dimensão da compreensão histórica, promove a participação da sociedade na construção da sua identidade e auxilia na construção do conhecimento. Em outras palavras:

A EP proporciona o estudo do objeto cultural diretamente na fonte, propiciando, dessa forma, a afetividade, a valorização e o conhecimento por meio de uma relação sensível/cognitiva, através de atividades de percep-

ção/observação, registro, estudo de outras fontes e recriação do objeto ou da manifestação cultural em análise (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 86).

Então, percebe-se a prática da Educação Patrimonial como uma forma de interpretação das marcas do passado deixadas no patrimônio de cada sociedade no decorrer do tempo e considera-se que a destruição dessas marcas equivale a silenciar informações, isto é, significa apagar períodos do cotidiano da trajetória histórica e privar às gerações presentes e futuras do seu direito aos seus bens culturais, não apenas do passado mas, também, do presente. Além disso, a escolha dessa metodologia está diretamente ligada à valorização da identidade individual e coletiva dos discentes envolvidos na proposta respeitando-se a percepção de patrimônio cultural construída pelos mesmos.

A cidade como recurso didático para o ensino de história

A cidade é o espaço onde se registra uma ampla troca de interesses, conhecimentos e práticas sócio culturais. Ela é um produto histórico definido pelas atitudes e formas de vida próprias de uma localidade oriunda da distribuição peculiar de indivíduos em um espaço definido (MEDEIROS, 2006, p. 29). De acordo com Ana Carlos (2007, p. 20), ao se fazer uma leitura geográfica sobre a cidade, deve-se ter a “ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social” e não apenas construções e delimitações do espaço urbano, tendo em vista que pensar o urbano implica numa abrangência de todas as dimensões da reprodução da vida “enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial”, por outro lado, pensar a cidade significa refletir sobre “o plano do lugar revelado o vivo e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida” (CARLOS, 2007, p. 12). Ademais, a construção histórica da cidade envolve muito mais que meras ocupações dos espaços, pois mostra as mais variadas noções de tempo e, entre elas:

[...] o da cidade, que se vê, e a da que não se vê, oculta e esquecida; o tempo que passa e o que não passa, [...] o tempo da cidade que se quer, dos desejos, das utopias perdidas e dos projetos não realizados, e o da cidade que se tem, resultante de fracassos e vitórias (FIGUEIREDO, 2014, p. 94).

Assim sendo, percebe-se a relevância da cidade na construção histórica, uma vez que sua organização espacial e temporal reflete as práticas cotidianas de seus cidadãos. Conforme Figueiredo (2014, p. 95), pensar o urbano por meio de sua dimensão cultural amplia a compreensão da sociedade em todos os seus aspectos e suas especialidades e temporalidades se tornam inteligíveis; enfim, olhar a cidade a partir das suas estruturas materiais e imateriais, significa estudar o patrimônio cultural e sua relação com a história local, regional e geral.

Dessa maneira, a cidade pode ser apropriada, no sentido de apropriar-se do que antes se achava não ser direito, para o ensino de História; pois, por si mesma, ela já possui uma “escrita” histórica impressa em suas estruturas materiais e imateriais que precisa ser “lida” e “questionada” a partir da significação/interpretação do olhar. Para tanto, existe a necessidade de uma (re)educação do olhar, algo que a princípio pode parecer simples mas, na verdade, enfrenta a complexidade de fugir da cegueira, romper com o ver sem enxergar e dar voz aos chamados lugares invisíveis da cidade. Sobre este ponto, Zita Possamai aponta que a cidade é usada, mas escapa à contemplação, fato que define justamente o desafio para quem quer ler a cidade, ou seja, aprender a olhar, realmente, a cidade; fazer perguntas, trilhar caminhos quase desconhecidos, aventurar-se por trajetórias nunca antes tentadas e ensaiar leituras de sua escrita (POSSAMAI, 2010, p. 209).

Nessa perspectiva, utilizou-se a cidade de Pedro Osório (RS) como recurso de aprendizado por meio da Educação Patrimonial. Para tanto, desenvolveram-se alguns percursos a partir de roteiros pensados e organizados em conjunto com os alunos da Rede Básica de Ensino da cidade de Pedro Osório. Nesta perspectiva, o processo de constituição destes percursos envolveu, diretamente, as etapas de identificação, registro e valorização dos bens culturais a partir do olhar desses mesmos alunos. Dessa forma, os percursos foram definidos do seguinte modo:

Quadro 1: Percursos desenvolvidos

Percursos	Turma	Turma
Complexo Ferroviário	71/2012	1C/2013
Orqueta	71/2012	-
Camping Municipal	71/2012	-
Praças	1C/2013	-

O primeiro percurso desenvolvido foi direcionado ao Complexo Ferroviário e seu entorno. Na ocasião, visitou-se a estação férrea e os alojamentos ao redor, ou seja, a Dorbrás, que fabricava os dormentes da linha férrea, a casa do arquiteto da estação férrea, as casas de trabalhadores ferroviários; os prédios em ruínas da cooperativa dos empregados da VFRGS⁴ e a Pharmacia da mesma cooperativa. Além disso, percorreu-se um trecho da linha férrea até a estação nova, a qual se encontra em ruínas.

⁴Viação Férrea do Rio Grande do Sul.